



| | |
|-----------|-----------|
| ANTAQ/GAB | |
| Fl. nº | 1321 |
| Proc. nº | 1399/1996 |
| Data | 14/08/14 |
| Rubrica | Mário |

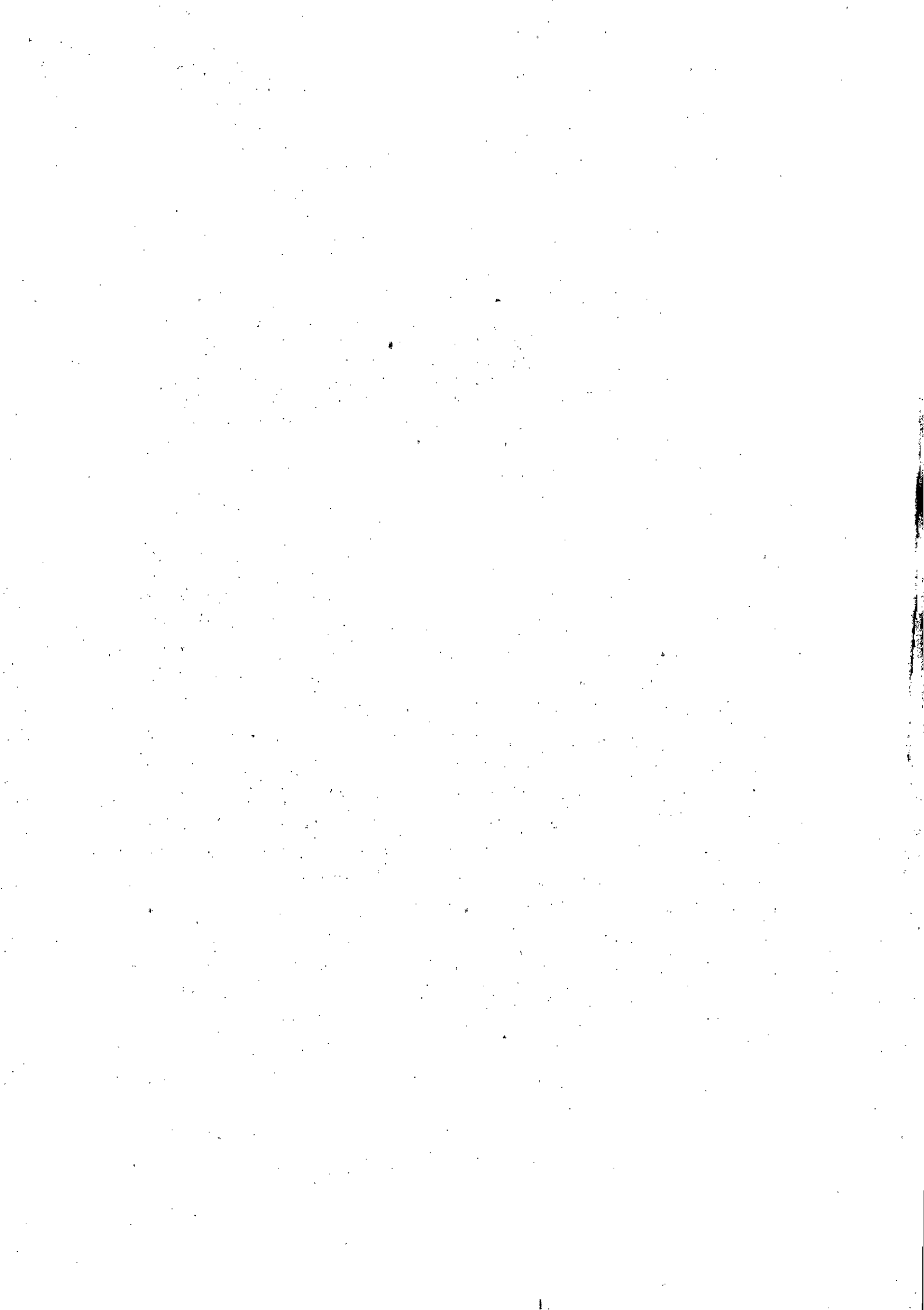
CONTRATO DE ADESÃO (ADAPTAÇÃO)

CONTRATO DE ADESÃO Nº 06 / 2014 - ANTAQ

CONTRATO DE ADESÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, E A EMPRESA PORTO PONTAL PARANÁ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A., COM O ESCOPO DE ADEQUAR O CONTRATO DE ADESÃO MT/DP Nº 047/1996 À LEI Nº 12.815/2013.

A UNIÃO, por intermédio da AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, autarquia especial, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com sede no SEPN Quadra 514 - Conjunto E, CEP 70765-545, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.903.587/0001-08, no uso da competência que lhe é conferida pelo parágrafo único, do art. 58, da Lei 12.815, de 5 de junho de 2013 e pela Portaria nº 182, de 5 de junho de 2014, do Ministro de Estado Chefe, Interino, da Secretaria de Portos da Presidência da República, neste ato representada pelo Diretor-Geral da ANTAQ, Senhor Mário Povia, designado por Decreto Presidencial de 2 de maio de 2014, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 15.589.015 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.473.918-88, doravante denominada ANTAQ, e PORTO PONTAL PARANÁ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Atlântica, s/n, Bairro Pontal do Sul, CEP 83255-000, Pontal do Paraná-PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.183.440/0001-94, neste ato representada por seu Presidente, Senhor João Carlos Ribeiro, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 319.553-8/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.559.999-72, doravante denominada AUTORIZADA, celebram o presente Contrato de Adesão, o qual sujeita as partes ao disposto na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; no Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013 e demais dispositivos legais e normativos aplicáveis à espécie, e ainda, mediante as seguintes condições:

[Handwritten signatures and initials]





| | |
|-----------|-----------|
| ANTAQ/GAB | |
| Fl. nº | 1322 |
| Proc. nº | 1399/1996 |
| Data | 14/08/14 |
| Rubrica | Marisa |

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

O presente contrato constitui espécie do gênero contrato administrativo e se regula pelas Leis nº 12.815, de 2013 e 10.233, de 2001 e respectivos regulamentos, por suas cláusulas e pelas normas editadas pela Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, as quais possuem aplicação imediata, salvo disposição em contrário.

Subcláusula Primeira

A AUTORIZADA explorará a Instalação Portuária por sua conta e risco.

Subcláusula Segunda

A presente autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda e qualquer prática prejudicial à livre competição e o abuso do poder econômico, bem como adotar as providências previstas no artigo 31, da Lei nº 10.233, de 2001.

Subcláusula Terceira

A AUTORIZADA deverá elaborar e divulgar em seu sítio eletrônico relação de todos os serviços prestados e respectivos preços por ela cobrados dos usuários, bem como encaminhá-la à ANTAQ em até 5 (cinco) dias após sua divulgação.

Subcláusula Quarta

A ANTAQ poderá disciplinar as condições de acesso, por qualquer interessado, em caráter excepcional, às instalações portuárias autorizadas, assegurada remuneração adequada ao titular da autorização, nos termos do art. 13, da Lei nº 12.815, de 2013.

Subcláusula Quinta

Os contratos para movimentação e armazenagem de cargas celebrados entre a AUTORIZADA e terceiros, reger-se-ão, exclusivamente, pelas normas de direito privado, sem participação, responsabilidade ou estabelecimento de qualquer relação jurídica com o poder público.





| |
|--------------------|
| ANTAQ/GAB |
| Fl. nº 1323 |
| Proc. nº 1399/1996 |
| Data 14/08/14 |
| Rubrica Maria |

Subcláusula Sexta

Aplica-se o disposto na subcláusula anterior à contratação de mão de obra, seja ela em regime avulso ou com vínculo empregatício.

Subcláusula Sétima

A AUTORIZADA deverá observar as normas estabelecidas pelas autoridades marítima, ambiental, aduaneira, sanitária, de saúde, de polícia marítima, dentre outras que atuem no setor portuário.

Subcláusula Oitava

As normas que venham a ser editadas pelo Poder Concedente e pela Antaq, no exercício de suas competências legais, aplicam-se ao presente contrato de adesão.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente instrumento contratual tem por finalidade adaptar a autorização aos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, conforme disposto em seu artigo 58.

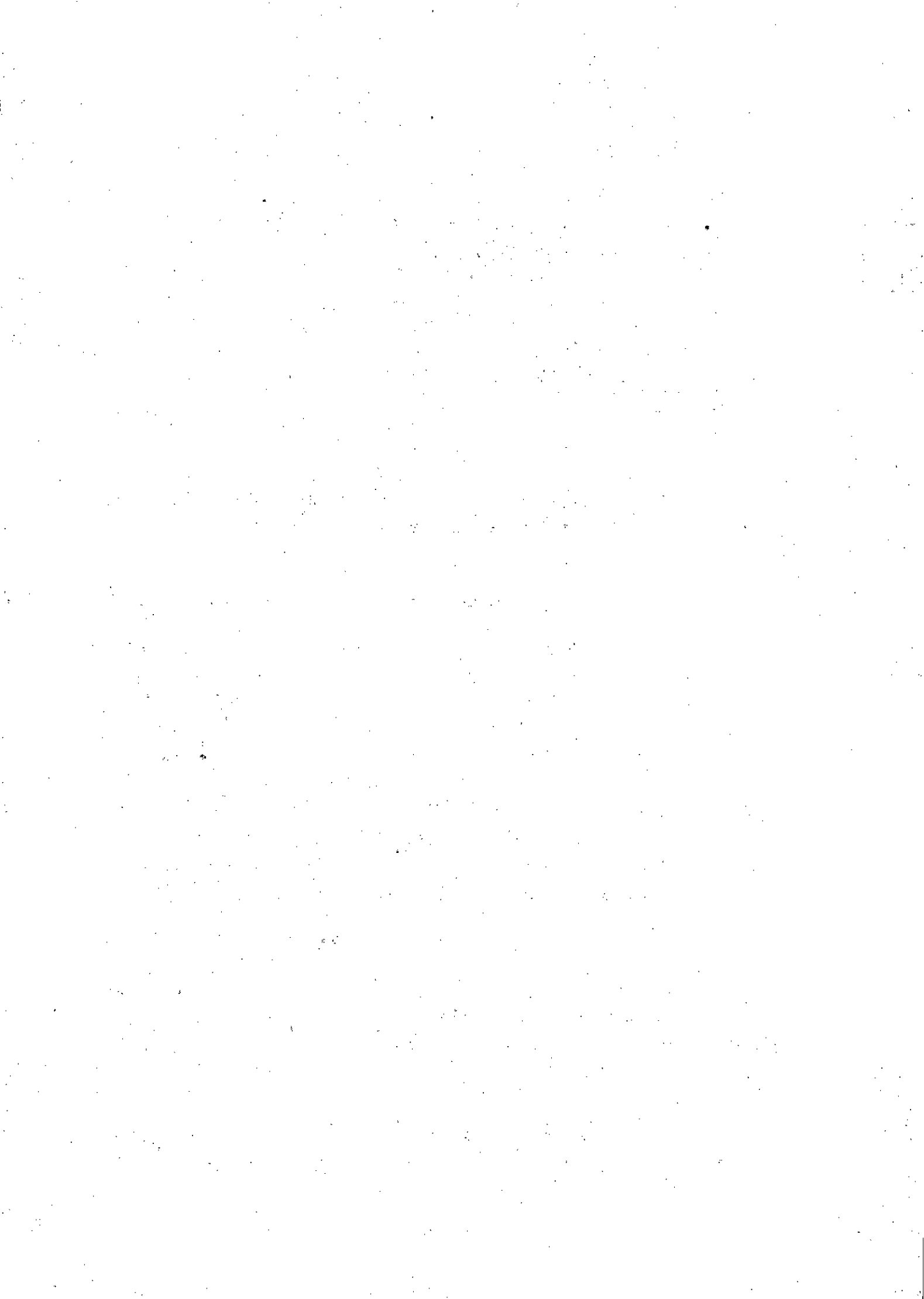
O objeto da autorização é a Instalação Portuária, na modalidade de Terminal de Uso Privado, denominada Terminal Portuário Porto Pontal - TPPP, localizada na Ponta do Poço, Canal da Galheta, entrada da Barra da Baía de Paranaguá, CEP 83255-000, Pontal do Paraná-PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.183.440/0001-94, para fins de movimentação e/ou armazenagem de cargas destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

Subcláusula Primeira

A presente autorização compreende a movimentação e armazenagem de carga containerizada, conforme declarado pela AUTORIZADA, destinados ou provenientes de transporte aquaviário.

Subcláusula Segunda

A alteração da carga movimentada na Instalação Portuária dependerá de avaliação e aprovação do PODER CONCEDENTE, nos termos da legislação em vigor.





| | |
|-----------|-----------|
| ANTAQ/GAB | |
| Fl. nº | 1324 |
| Proc. nº | 1399/1996 |
| Data | 14/08/14 |
| Rubrica | Marisa |

Subcláusula Terceira

A área autorizada para exploração da Instalação Portuária corresponde a 610.909,85 m², em terreno de propriedade da AUTORIZADA ou do qual detenha o direito de uso e fruição para a finalidade deste contrato, compreendendo inclusive as benfeitorias que integram as respectivas instalações, cuja poligonal é descrita no Memorial Descritivo constante à fl. 1.235 do Processo nº 50000.001399/1996.

Subcláusula Quarta

A ampliação da área autorizada para exploração da Instalação Portuária estará condicionada à prévia aprovação pelo PODER CONCEDENTE, nos termos da legislação em vigor.

Subcláusula Quinta

O aumento da capacidade de movimentação ou de armazenagem da Instalação Portuária dependerá de prévia aprovação por parte do PODER CONCEDENTE, nos termos da legislação em vigor.

Subcláusula Sexta

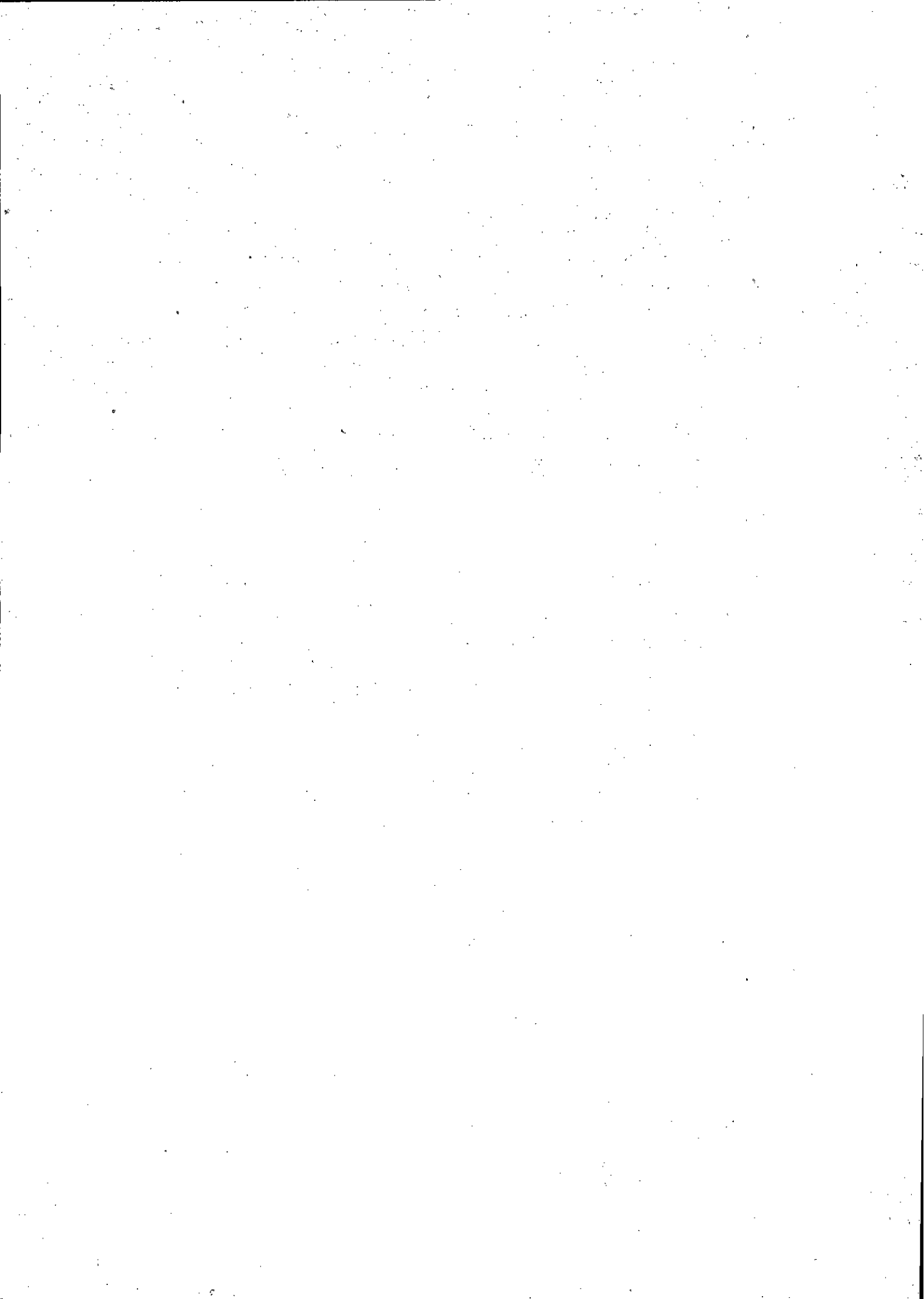
A execução de obras de instalações para acostagem deverá respeitar a projeção dos limites da área da Instalação Portuária sobre o espaço físico em águas públicas, nos termos da legislação em vigor.

Subcláusula Sétima

Mediante solicitação da AUTORIZADA, poderá ser autorizado o compartilhamento das infraestruturas de acostagem pertencentes à instalação portuária objeto do presente Contrato de Adesão, nos termos de norma específica da ANTAQ.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A autorização pressupõe a prestação de serviço adequado por parte da AUTORIZADA, relativamente às operações de movimentação e armazenagem de cargas, entendendo-se como serviço adequado aquele que satisfaz as condições de eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua execução e modicidade dos preços praticados.





| | |
|-----------|-----------|
| ANTAQ/GAB | |
| Fl. nº | 1325 |
| Proc. nº | 1399/1996 |
| Data | 14/08/14 |
| Rubrica | Marisa |

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

Incumbe à AUTORIZADA executar as obras de construção, ampliação, expansão e modernização relativas à Instalação Portuária, podendo fazê-lo direta ou indiretamente, assegurando o cumprimento das normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, especialmente as relativas à segurança das pessoas, bens e instalações, à preservação do meio ambiente, à administração aduaneira, à infraestrutura de acesso aquaviário e ao tráfego marítimo.

CLÁUSULA QUINTA - QUALIDADE DO SERVIÇO

A AUTORIZADA submeter-se-á aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade da atividade prestada, assim como às metas e prazos para o alcance de determinados níveis de serviço, a serem fixados em ato normativo a ser expedido pela ANTAQ.

CLÁUSULA SEXTA - INÍCIO DA OPERAÇÃO

O início da operação da Instalação Portuária construída, ampliada, expandida ou modernizada estará condicionado à emissão, pela ANTAQ, do Termo de Liberação de Operação - TLO, após atendimento das exigências contidas em regulamento específico.

Subcláusula Primeira

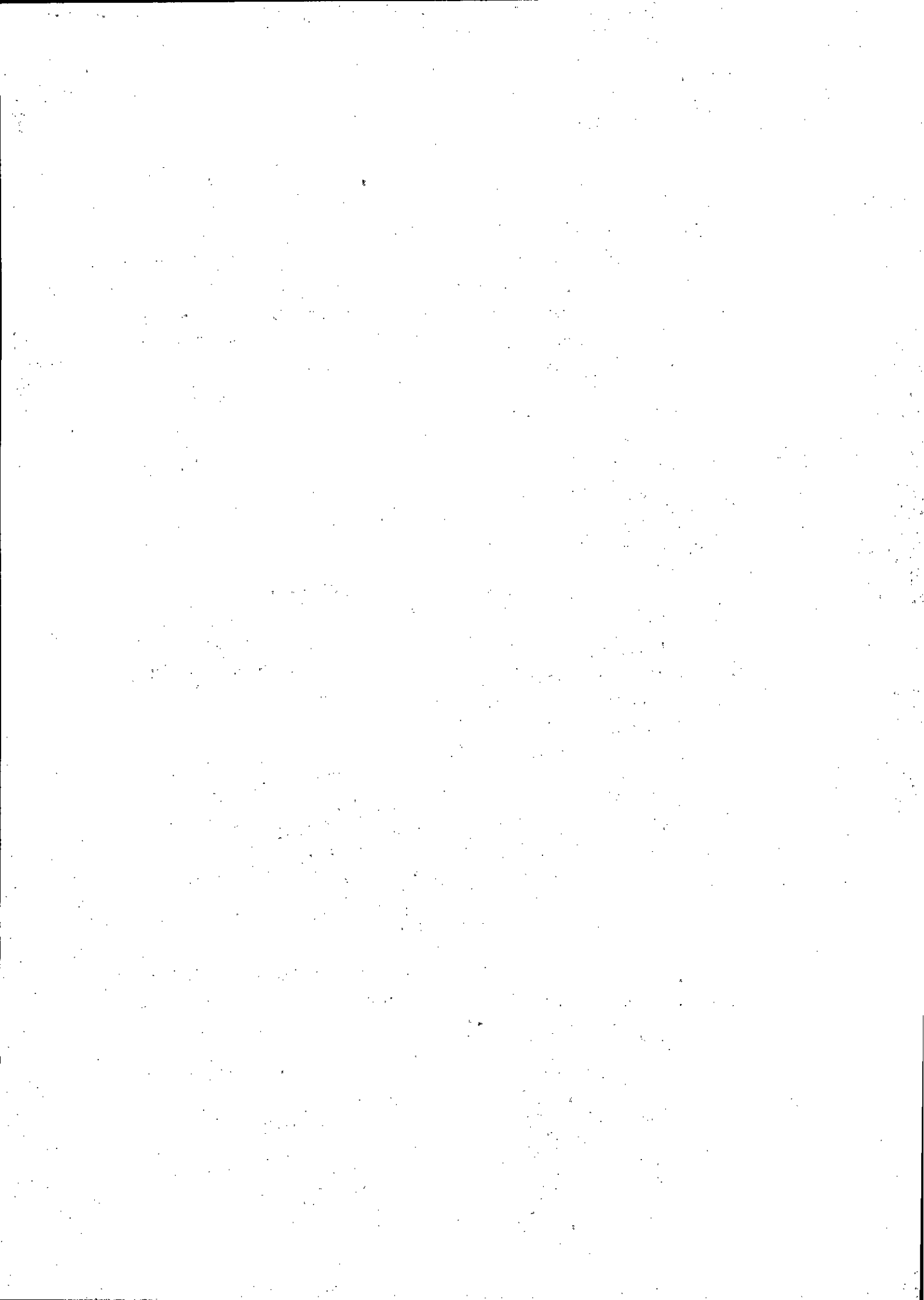
O início da operação da instalação portuária deverá ocorrer no prazo previsto no cronograma constante do Processo nº 50000.001399/1996, sob pena de aplicação de penalidade pela ANTAQ.

Subcláusula Segunda

A prorrogação dos prazos previstos no cronograma retro citado poderá ocorrer mediante requerimento justificado da AUTORIZADA, nos termos do art. 8º, § 3º, da Lei 12.815, de 2013, e do art. 26, §§ 1º e 2º, do Decreto 8.033, de 2013.

CLÁUSULA SÉTIMA - HABILITAÇÃO AO TRÁFEGO INTERNACIONAL

Quando requerido, caberá à ANTAQ a emissão de Habilitação ao Tráfego Internacional - HTI da Instalação Portuária, após o cumprimento das etapas estabelecidas em regulamento específico.





| |
|----------------------|
| ANTAQ/GAB |
| Fl. nº 1326 |
| Proc. nº 1399/1996 |
| Data 14/08/14 |
| Rubrica <i>maisa</i> |

CLÁUSULA OITAVA - DA UTILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA

A AUTORIZADA estará obrigada a remunerar a Administração do Porto Organizado, quando for o caso, pela utilização da infraestrutura fornecida e mantida pela administração portuária, de forma proporcional à sua utilização.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DA AUTORIZAÇÃO

A presente autorização terá vigência por 25 (vinte e cinco) anos contados da data da assinatura deste Contrato de Adesão, prorrogável por períodos sucessivos desde que a atividade seja mantida e a AUTORIZADA promova os investimentos necessários para a expansão e modernização das instalações portuárias, consoante o disposto no § 2º, do art. 8º, da Lei nº 12.815, de 2013.

A AUTORIZADA deverá manifestar seu interesse na prorrogação do presente Contrato de Adesão, junto à ANTAQ, com antecedência mínima de 18 (dezoito) meses de sua expiração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Incumbe à AUTORIZADA a execução do presente contrato, respondendo pelos prejuízos causados à UNIÃO ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pela ANTAQ exclua ou atenua essa responsabilidade.

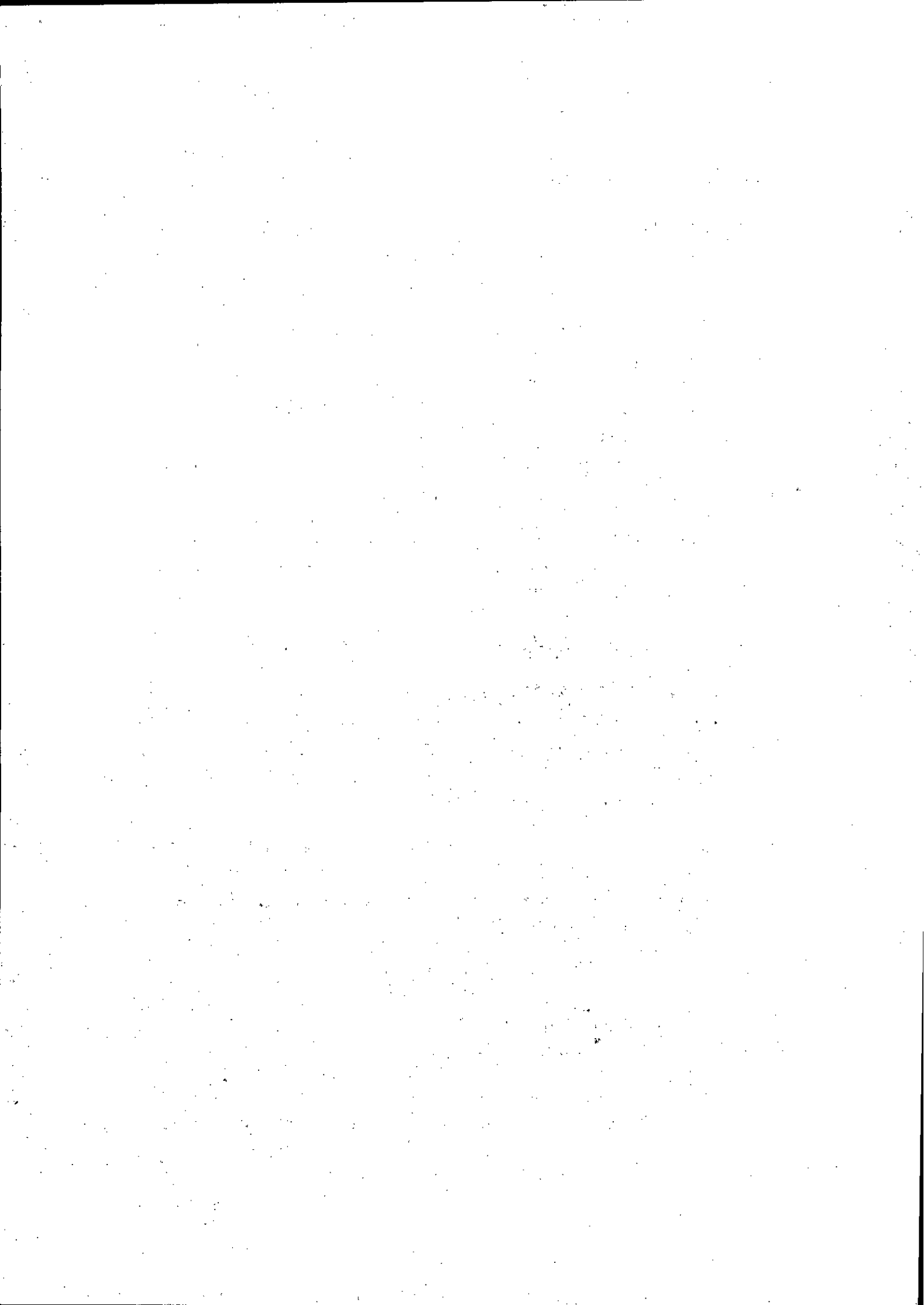
Subcláusula Primeira

Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere o *caput*, a AUTORIZADA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades acessórias ou complementares, bem como a implementação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo do presente contrato.

Subcláusula Segunda

É vedada a subautorização, sendo permitida, mediante aprovação pelo PODER CONCEDENTE, a transferência da titularidade da autorização a terceiros.

Na hipótese acima, deverá ser observada a preservação do objeto e demais condições originalmente estabelecidas, bem como o atendimento, por parte do novo titular, aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos pertinentes.





| |
|--------------------|
| ANTAQ/GAB |
| Fl. nº 1327 |
| Proc. nº 1399/1996 |
| Data 14/08/14 |
| Rubrica Maira |

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO DO
CONTRATO**

As adaptações ocorridas nos termos do disposto no art. 58, da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, ficarão dispensadas de prestação de garantia de execução contratual.

Nos casos em que a legislação vigente preveja a existência de instrumento convocatório, a ANTAQ poderá exigir a prestação de garantias contratuais.

Subcláusula Primeira

Na hipótese de exigência de prestação de garantia, a AUTORIZADA estará obrigada, independentemente de prévia notificação para constituição em mora, a:

I - renovar o prazo de validade das modalidades que se vencerem na vigência do Contrato, comprovando 30 (trinta) dias antes de seu termo final a correspondente renovação junto ao PODER CONCEDENTE;

II - reajustar a Garantia de Execução Contratual periodicamente, conforme previsto no Instrumento Convocatório, complementando o valor resultante da aplicação do reajuste periódico sobre o montante inicial;

III - repor os valores porventura utilizados para cobertura de quaisquer obrigações de pagamento abrangidas pela Garantia de Execução Contratual no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da efetiva utilização, independente de disputa ou discussão, judicial ou administrativa, e da constatação de dolo ou culpa;

IV - responder pela diferença de valores, na hipótese de a Garantia de Execução Contratual não ser suficiente para cobrir o valor de todas as obrigações de pagamento por ela abrangidas, podendo ser cobrada por todos os meios legais admitidos; e

V - submeter à prévia aprovação do PODER CONCEDENTE eventual modificação no conteúdo da carta de fiança ou do seguro-garantia, bem como eventual substituição da Garantia de Execução Contratual por qualquer das modalidades admitidas.





| | |
|-----------|-----------|
| ANTAQ/GAB | |
| Fl. nº | 1328 |
| Proc. nº | 1399/1996 |
| Data | 14/08/14 |
| Rubrica | Maria |

Subcláusula Segunda

A Garantia de Execução Contratual, que será contratada pela AUTORIZADA nos termos previstos no Instrumento Convocatório, deverá ser executada pelo PODER CONCEDENTE, mediante prévia notificação e sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação, nos seguintes casos:

I - nas hipóteses de inadimplemento, total ou parcial, das obrigações assumidas pela AUTORIZADA no presente Contrato de Adesão;

II - nas hipóteses em que a AUTORIZADA não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma do Contrato de Adesão e de regulamentos editados pelo PODER CONCEDENTE e pela ANTAQ; e

III - nas hipóteses em que a AUTORIZADA não efetuar, no prazo devido, o pagamento de outras indenizações ou obrigações pecuniárias devidas ao PODER CONCEDENTE, em decorrência de disposições contratuais ou regulamentos da ANTAQ, ressalvados os tributos.

Subcláusula Terceira

O valor equivalente da Garantia de Execução Contratual apresentado originalmente será devolvido integralmente após a emissão do "Termo de Liberação de Operação - TLO" da instalação portuária.

Subcláusula Quarta

Para empreendimentos cuja integralidade operacional será atingida após a execução de diferentes fases do projeto, a garantia de que trata o *caput* da Cláusula Décima será restituída de forma proporcional à entrada em operação das respectivas fases, após a emissão do Termo de Liberação de Operação - TLO parcial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PRERROGATIVAS DA ANTAQ

O regime jurídico estabelecido para exploração da Instalação Portuária confere à ANTAQ, em relação ao presente contrato, a prerrogativa de:

I - fiscalizar a realização de obras de construção, ampliação, expansão e modernização da Instalação Portuária;





| | |
|-----------|-----------|
| ANTAQ/GAB | |
| Fl. nº | 1329 |
| Proc. nº | 1399/1996 |
| Data | 14/08/14 |
| Rubrica | Marina |

II - acompanhar e exigir o cumprimento dos cronogramas de execução, operação e realização de investimentos previstos pela AUTORIZADA e discriminados no Processo nº 50000.001399/1996.

III - cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares pertinentes à autorização, bem como as cláusulas do presente contrato;

IV - fiscalizar a operação da Instalação Portuária, atentando para o cumprimento das disposições legais e normativas;

V - fiscalizar a prestação dos serviços, com observância aos padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade dos preços praticados;

VI - aplicar sanções motivadas pelo descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, bem como às disposições legais e regulamentares que regem a presente autorização; e

VII - estimular o aumento da qualidade e da produtividade;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA AUTORIZADA

Constituem obrigações da AUTORIZADA:

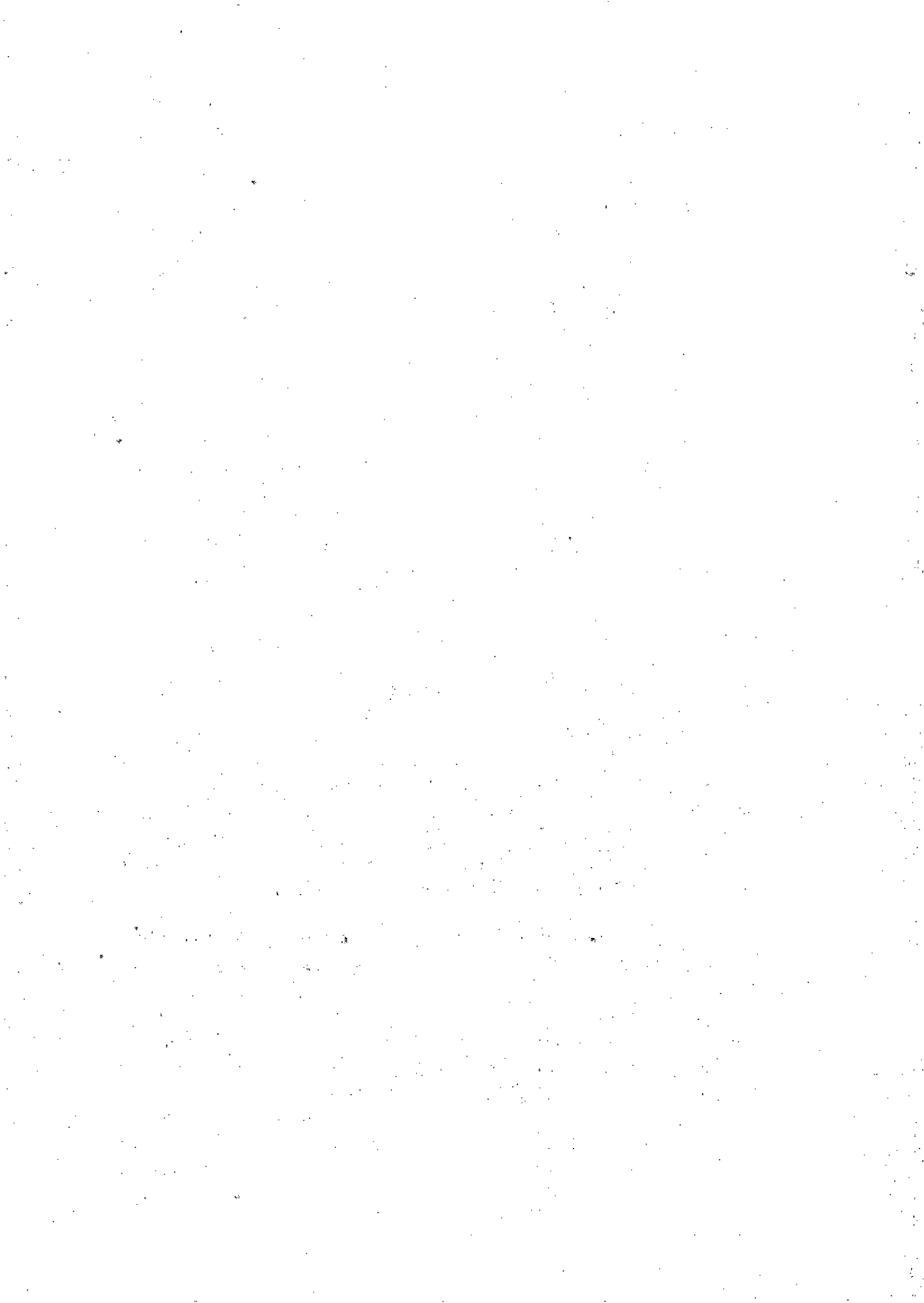
I - fixar em local visível e manter em bom estado de conservação, a placa identificadora da Instalação Portuária, conforme modelo estabelecido pela ANTAQ;

II - enviar periodicamente à ANTAQ, relatório informando o estágio de evolução da construção ou da ampliação da Instalação Portuária;

III - informar à ANTAQ, no prazo de 30 (trinta) dias contados do início da ocorrência, a interrupção da prestação de serviços da atividade portuária, bem como o seu reinício;

IV - informar à ANTAQ, no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência do fato, alterações de controle societário, substituição de administradores e mudança de endereço;

V - integrar-se ao Sistema Permanente para o Acompanhamento dos Preços e Desempenho Operacional dos Serviços Portuários (Sistema de Desempenho Portuário - SDP), disponível na página eletrônica da ANTAQ na internet, bem como





| | |
|-----------|-----------|
| ANTAQ/GAB | |
| Fl. nº | 1330 |
| Proc. nº | 1399/1996 |
| Data | 14/08/14 |
| Rubrica | Marisa |

encaminhar, por meio desse sistema, até o 10º dia do mês subsequente, relatório contendo, no mínimo:

a) natureza, tipo, quantidade e peso, na unidade de medida estabelecida pela ANTAQ, de cargas e passageiros movimentados na Instalação Portuária;

b) procedimentos operacionais, equipamentos e infraestrutura da Instalação Portuária para carga e descarga de embarcações desatracadas no mês-referência, considerando as datas e horas registradas no momento do fundeio até a respectiva desatracação;

VI - prestar as informações solicitadas pela ANTAQ e demais autoridades que atuam no setor portuário, inclusive as de interesse específico da Defesa Nacional, para efeitos de mobilização;

VII - encaminhar periodicamente à ANTAQ, as informações relativas à prestação de serviços de recepção de resíduos provenientes das embarcações que demandam a Instalação Portuária;

VIII - adotar medidas de segurança contra sinistros;

IX - manter equipamentos e instalações em boas condições de conservação e funcionamento, substituindo-os quando necessário, a fim de preservar a qualidade e eficiência no desenvolvimento das atividades portuárias, e a segurança das pessoas e instalações, de acordo com as normas em vigor;

X - adotar as medidas necessárias e ações adequadas para evitar, mitigar ou estancar a geração de danos ao meio ambiente, causados por situações já existentes ou que venham a ocorrer em decorrência da implantação do empreendimento, observada a legislação aplicável, devendo sempre manter a licença ambiental atualizada;

XI - prestar o apoio necessário aos agentes da ANTAQ ou de entidades por ela delegadas, e das demais autoridades que atuam no setor portuário, encarregados da fiscalização, garantindo-lhes acesso às obras, aos equipamentos, às instalações e aos registros de dados vinculados à presente autorização;

XII - realizar as seguintes atividades, sob a coordenação da autoridade marítima e/ou autoridade portuária, no âmbito do objeto da presente autorização:





| |
|----------------------|
| ANTAQ/GAB |
| Fl. nº 1331 |
| Proc. nº 1399/1996 |
| Data 14/08/14 |
| Rubrica <i>Maisa</i> |

a) estabelecer, manter e operar o balizamento do canal de acesso e da bacia de evolução da Instalação Portuária;

b) delimitar as áreas de fundeadouro e de fundeio para carga e descarga, de inspeção sanitária e de polícia marítima, quando couber;

c) estabelecer e divulgar o calado máximo de operação das embarcações, em função dos levantamentos batimétricos efetuados sob sua responsabilidade; e

d) estabelecer e divulgar o porte bruto máximo e as dimensões máximas das embarcações que irão trafegar, em função das limitações e características físicas das instalações de acostagem da Instalação Portuária;

XIII - realizar as seguintes atividades, sob coordenação da autoridade aduaneira, no âmbito do objeto da presente autorização, sempre que a Instalação Portuária for alfandegada:

a) delimitar a área de alfandegamento; e

b) organizar e sinalizar os fluxos de cargas, de veículos e de pessoas;

XIV - atender à intimação para regularizar a execução de obra ou a operação da Instalação Portuária;

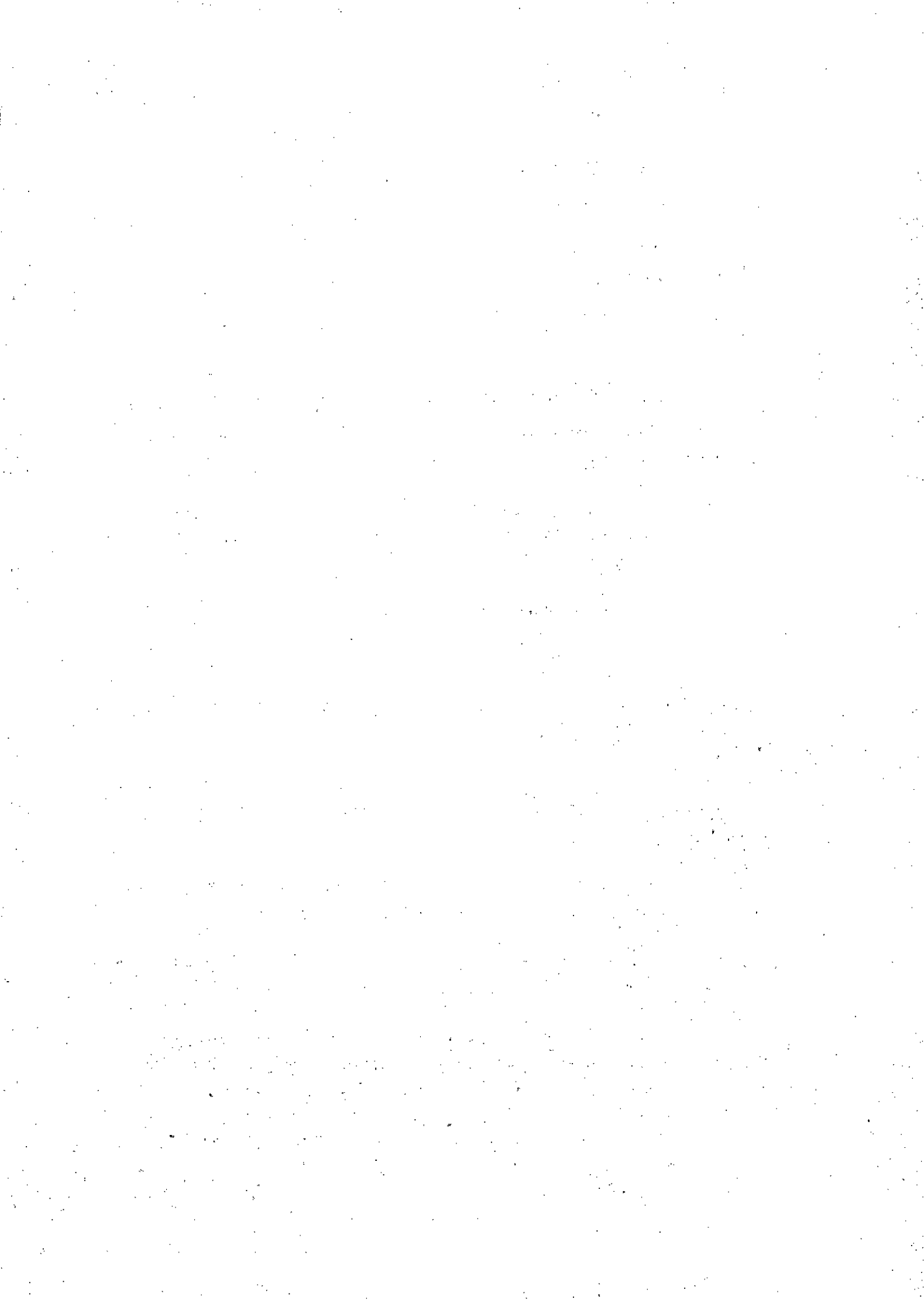
XV - acatar as intervenções da autoridade marítima nas operações portuárias e movimentações de embarcações consideradas prioritárias em situações de assistência e salvamento;

XVI - armazenar e movimentar cargas perigosas em consonância com as normas técnicas que regulam o trânsito de produtos sujeitos a restrições;

XVII - abster-se de práticas que possam configurar restrição à competição ou à livre concorrência, ou ainda, infração à ordem econômica;

XVIII - assegurar a execução da atividade portuária, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e modicidade de preços, durante todo o prazo de vigência contratual;

XIX - cumprir com o cronograma de construção e investimentos relativos à Instalação Portuária objeto da presente autorização, conforme previsto no Processo nº 50000.001399/1996; e





| | |
|-----------|-----------|
| ANTAQ/GAB | |
| Fl. nº | 1332 |
| Proc. nº | 1399/1996 |
| Data | 14/08/14 |
| Rubrica | Marisa |

XX - cumprir os parâmetros e as metas de qualidade dos serviços prestados, conforme regulamento a ser editado pela ANTAQ.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

São direitos e obrigações dos usuários:

I - receber do PODER CONCEDENTE e da AUTORIZADA informações relativas à defesa de interesses individuais ou coletivos;

II - obter a prestação de serviços com liberdade de escolha, observada a legislação em vigor;

III - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos ou irregularidades praticados pela AUTORIZADA no desenvolvimento da atividade portuária; e

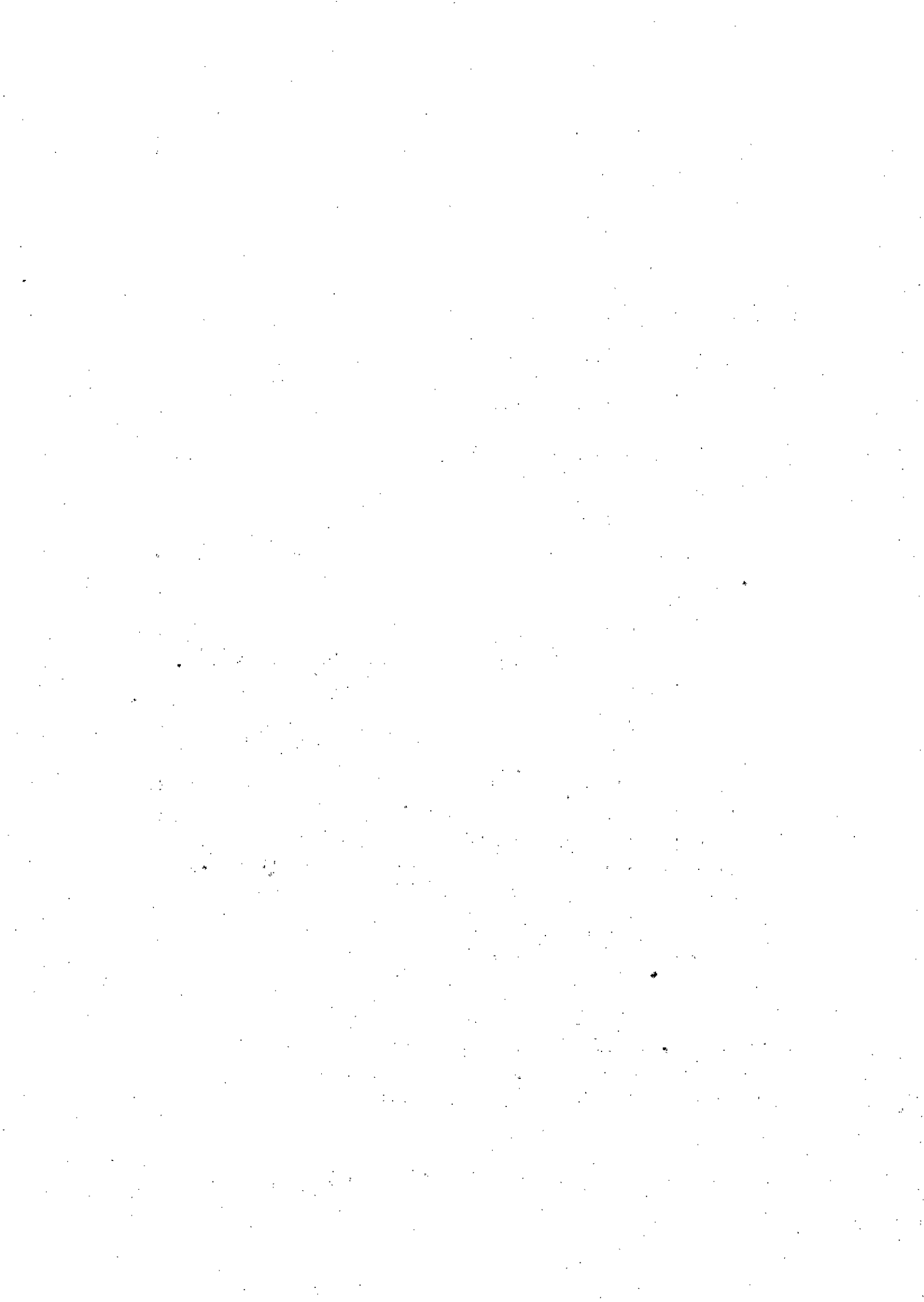
IV - representar perante a ANTAQ para que esta solucione administrativamente conflitos de interesse e controvérsias relacionadas à prestação dos serviços pela AUTORIZADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

O descumprimento a qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes do presente contrato, sujeitará a AUTORIZADA a penalidades, observado o disposto nas normas editadas pela ANTAQ, que disciplinam os procedimentos de fiscalização e o processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades, respeitado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

A presente autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da AUTORIZADA, ou por iniciativa do PODER CONCEDENTE, por meio de anulação ou cassação, em sede de processo administrativo, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, ouvida a ANTAQ.





| |
|--------------------|
| ANTAQ/GAB |
| Fl. nº 1333 |
| Proc. nº 1399/1996 |
| Data 14/08/14 |
| Rubrica Maria |

Subcláusula Primeira

A anulação ocorrerá quando a autorização estiver eivada de vícios que a tornem ilegal, a exemplo da apresentação de documentação falsa ou com uso de comprovada má-fé pela AUTORIZADA, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

Subcláusula Segunda

A penalidade de cassação da autorização poderá ser aplicada pelo PODER CONCEDENTE, mediante proposta da ANTAQ, considerando a gravidade da infração, quando:

I - não for atendida a intimação para regularizar a execução de obras ou a operação da Instalação Portuária, no prazo de 60 (sessenta) dias;

II - for impedido ou dificultado o exercício da fiscalização pela ANTAQ;

III - forem descumpridos os prazos fixados para o fornecimento de documentos ou informações exigidas no presente contrato ou em normativo editado pela ANTAQ, ou quando solicitados pela Agência;

IV - houver descumprimento injustificado ao cronograma relativo à construção, operação e realização de investimentos na Instalação Portuária objeto da presente autorização;

V - houver perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto desta autorização ou sua transferência irregular;

VI - houver prática das seguintes condutas sem prévia e expressa aprovação do PODER CONCEDENTE:

a) transferência de titularidade da presente autorização;

b) alteração do tipo de carga movimentada; ou

c) ampliação da área da Instalação Portuária.

VII - houver infração de qualquer outra norma que vier a ser instituída pela ANTAQ e que preveja a penalidade de cassação em razão do seu descumprimento.





| | |
|-----------|-----------|
| ANTAQ/GAB | |
| Fl. nº | 1334 |
| Proc. nº | 1399/1996 |
| Data | 14/08/14 |
| Rubrica | Marisa |

Subcláusula Terceira

A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada a quem tenha praticado atos ilícitos visando frustrar a execução do presente contrato.

Subcláusula Quarta

A aplicação da penalidade de cassação ou de declaração de inidoneidade sujeitará a AUTORIZADA às disposições do art. 78-J, da Lei nº 10.233, de 2001.

CLAÚSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS RECURSOS

Das decisões proferidas e das penalidades aplicadas em procedimentos relativos ao presente contrato, a AUTORIZADA poderá interpor recurso ou pedido de reconsideração, observado o regulamento específico da ANTAQ.

CLAÚSULA DÉCIMA OITAVA - DA IRREVERSIBILIDADE DOS BENS

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis que integram a Instalação Portuária não serão objeto de reversão à UNIÃO.

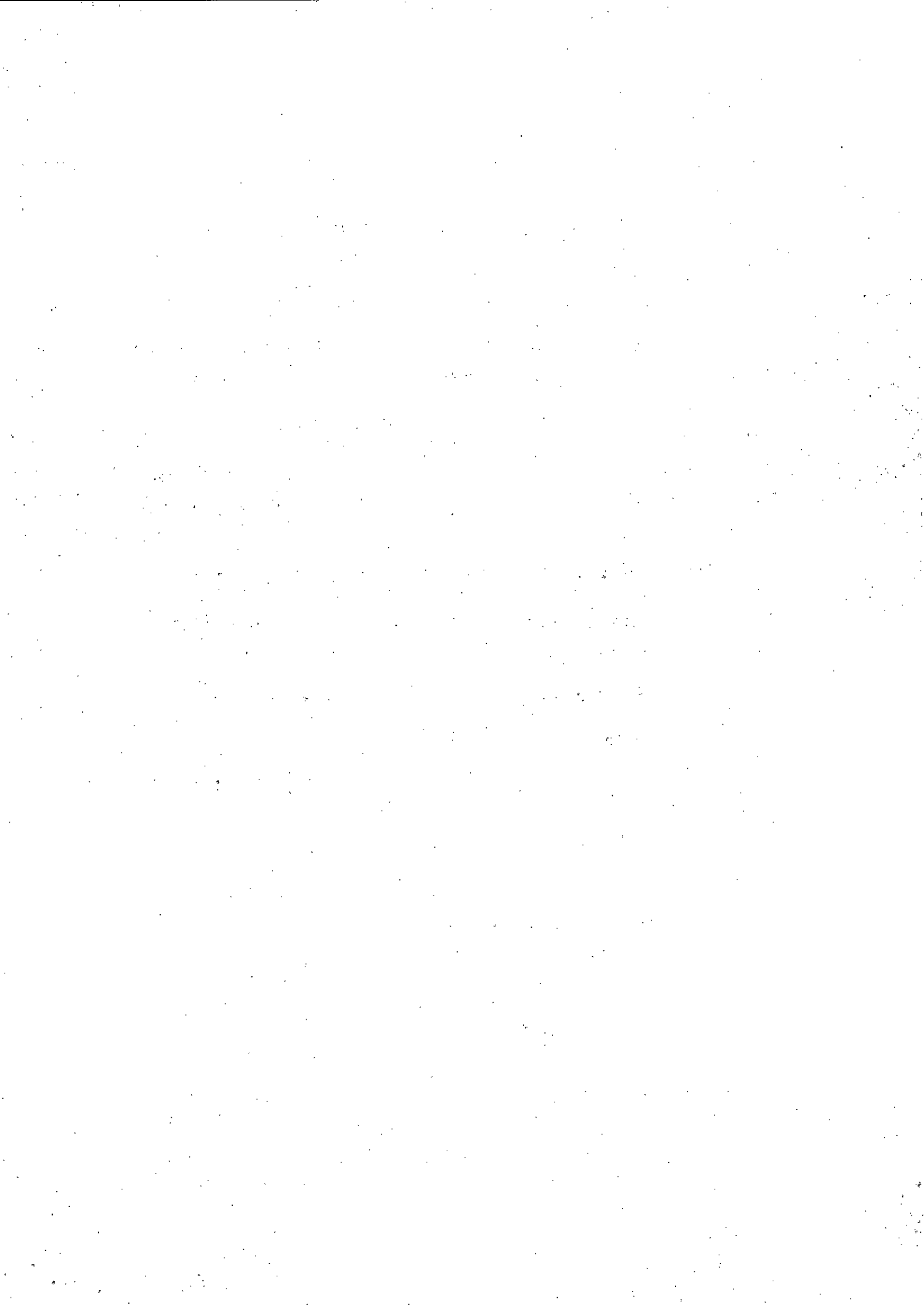
CLAÚSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

O PODER CONCEDENTE providenciará a publicação de extrato do presente contrato e de seus respectivos aditamentos no Diário Oficial da União - DOU, sendo esta condição indispensável para sua eficácia.

CLAÚSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para dirimir controvérsias jurídicas decorrentes do presente contrato, as partes elegem o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes firmam este contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo indicadas e nominadas.





| | |
|-----------|-----------|
| ANTAQ/GAB | |
| Fl. nº | 1335 |
| Proc. nº | 1399/1996 |
| Data | 14/08/14 |
| Rubrica | Ulausa |

Brasília/DF, 14 de AGOSTO de 2014.

MÁRIO POVIA

Diretor-Geral - ANTAQ

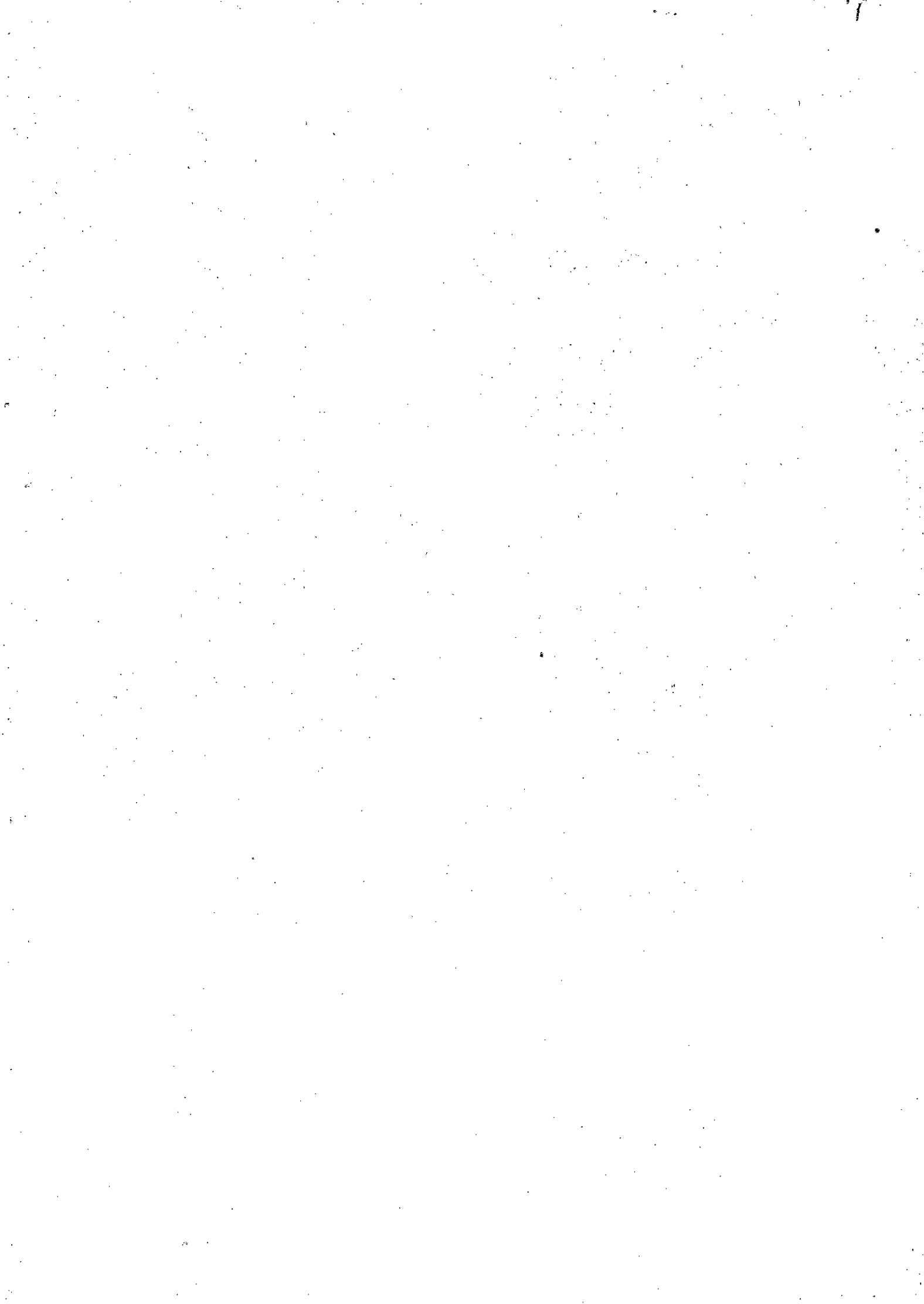
JOÃO CARLOS RIBEIRO

Presidente

Testemunhas:

Nome: José Ricardo Ruseffas dos Santos
CPF/MF: 210.536.410-49

Nome: Sérgio Oliveira
CPF/MF: 002.909.147-01





enciamentos Nacionais/DICOP. Ratificação de Inexigibilidade em 18/08/2014. José Eduardo Castro Macedo, Diretor-Geral, em razão de delegação de competência realizada por meio da Portaria-Presidente nº 434/2013. Valor Global: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Processo nº 2135/2014.

Espécie: Ato de Inexigibilidade de Licitação. Objeto: Contrato de licenciamento da obra audiovisual internacional intitulada "Rosella", no formato série, do gênero dramaturgia, a ser firmado entre a Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC e a Magnet Produções e Distribuidora de Programas de Televisão e Cinema Ltda. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, art. 25, caput, e Decreto nº 6.505/08, art. 64, caput. Comunicação de Inexigibilidade em 15/08/2014. José Zimmerman, Gerente de Licenciamentos Internacionais/DICOP. Ratificação de Inexigibilidade em 18/08/2014. José Eduardo Castro Macedo, Diretor-Geral, em razão de delegação de competência realizada por meio da Portaria-Presidente nº 434/2013. Valor Global: R\$ 357.000,00 (Trezentos e cinquenta e sete mil reais). Processo nº 1864/2014.

Espécie: Ato de Inexigibilidade de Licitação. Objeto: Contrato de licenciamento da obra audiovisual internacional intitulada "Tempo entre Costuras / El Tiempo entre Costuras", no formato série, do gênero dramaturgia, a ser firmado entre a Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC e a Alberto Bielli International Films Ltda. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, art. 25, caput, e Decreto nº 6.505/08, art. 64, caput. Comunicação de Inexigibilidade em 15/08/2014. José Zimmerman, Gerente de Licenciamentos Internacionais/DICOP. Ratificação de Inexigibilidade em 18/08/2014. José Eduardo Castro Macedo, Diretor-Geral, em razão de delegação de competência realizada por meio da Portaria-Presidente nº 434/2013. Valor Global: R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais). Processo nº 1860/2014.

Processo nº 1960/2014. Objeto: Contratação de empresa para realização de palestra "como preparar talentos para um ambiente de frequentes mudanças" ocorrido em 05 de agosto de 2014 na EBC. Fundamento Legal: art. 63, inciso II, do Regulamento Simplificado para Contratação de Serviços e Aquisição de Bens, aprovado pelo Decreto nº 6.503/2008, e o art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. Ato de Inexigibilidade de Licitação em 08/08/2014. Paulo Machado, Gerente Executivo de Administração e Logística. Ratificação em 12/08/2014. José Eduardo Castro, Diretor Geral. Valor Total: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Contratada: Inteligência Natural Consultoria Ltda - ME.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPRENSA NACIONAL. DILMA VANA ROUSSEFF, Presidente da República. ALOIZIO MERCADANTE OLIVA, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil. FERNANDO TOLENTINO DE SOUZA VIEIRA, Diretor-Geral da Imprensa Nacional. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, SEÇÃO 1, Publicação de atos normativos. SEÇÃO 2, Publicação de atos relativos à pessoal da Administração Pública Federal. SEÇÃO 3, Publicação de contratos, editais, avisos e inserções. JORGE LUIZ ALLNIGER GUERRA, Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação. ALEXANDRE MIRANDA MACHADO, Coordenador de Edição e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais. FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO, Coordenador de Produção. A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS CORPORATIVOS E APOIO À PESQUISA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 103/2014 SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA CONCESSÃO DE BOLSAS

O INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA CONVIDA os interessados a apresentarem propostas, nos termos estabelecidos na Chamada Pública IPEA/PNPD nº 102/2014-Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional. OBJETO: Selecionar interessados, para concessão de bolsa pesquisa para atuar no Projeto: "Análise dos custos e limitações da recuperação de passivo do código florestal". PRAZOS: LANÇAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA: 19/08/2014; DATA FINAL PARA O ENVIO: 02/09/2014 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS: A partir de 15 de Setembro. A presente Chamada encontra-se disponível no site do IPEA (www.ipea.gov.br) e no endereço SBS. Q. 01 Bloco J, Ed. BNDES 5º andar, sala 516, Brasília - DF.

BERNARDO FIGUEIREDO SILVA Coordenador-Geral

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 103/2014 SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA CONCESSÃO DE BOLSAS

O INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA CONVIDA os interessados a apresentarem propostas, nos termos estabelecidos na Chamada Pública IPEA/PNPD nº 103/2014-Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional. OBJETO: Selecionar interessados, para concessão de bolsa pesquisa para atuar no Projeto: "Brasil - KLEMS". PRAZOS: LANÇAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA: 19/08/2014; DATA FINAL PARA O ENVIO: 02/09/2014 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS: A partir de 15 de Setembro. A presente Chamada encontra-se disponível no site do IPEA (www.ipea.gov.br) e no endereço SBS. Q. 01 Bloco J, Ed. BNDES 5º andar, sala 516, Brasília - DF.

BERNARDO FIGUEIREDO SILVA Coordenador-Geral

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Atas de Registro de Preços nº 013/2014. Pregão Eletrônico nº 022/2014. Processo nº 00400.002547/2013-60. Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de solução de aceleração WAN com recurso de virtualização de servidores e armazenamento remoto para atender às unidades da Advocacia-Geral da União. Fundamento Legal: Decreto nº 3.931/2001. Vigência: 14/07/2014 a 13/07/2015. Data de Assinatura: 14/07/2014. Partes: Advocacia-Geral da União, CNPJ nº 26.994.558/068-30, José Felipe Rodrigues de Oliveira, Superintendente Regional de Administração no Distrito Federal e a empresa detentora da Ata de Registro de Preços com o respectivo Itens/Valores Unitários: ATA nº 013/2014 - CNPJ nº 01.134.191/0001-47 - item nº 01/RS 184.875,00; item nº 02/RS 194.392,00; item nº 03/RS 96.198,00; item nº 04/RS 67.902,00; item nº 05/RS 850.572,00; item nº 06/RS 123.204,00; item nº 07/RS 80.255,00; item nº 08/RS 7.415,00; item nº 09/RS 26.282,00.

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2014 - UASG 110097

Número do Contrato: 14/2010, Nº Processo: 0058800041201038, DISPENSA Nº 112/2010, Contratante: SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ Contratado: 1206310000146. Contratado: JMK PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 12 meses. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 em sua atual redação e legislação complementar. Vigência: 01/09/2014 a 31/08/2015. Valor Total: R\$323.582,76. Fonte: 100000000 - 2014NE800025. Data de Assinatura: 12/08/2014.

(SICON - 18/08/2014) 110061-00001-2014NE000065

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 13/2014

A Pregoeira da Superintendência Regional da Advocacia Geral da União da 4ª Região tomou público o resultado da licitação, declinando vencedora empresa ONDREPSB LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA, com o valor global de R\$ 234.000,00. O processo encontra-se disponível para vistas dos interessados.

MARILDA VULCÃO LEÃO

(SIDEC - 18/08/2014) 110061-00001-2014NE000065

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00003/2014 ao Convênio Nº 761381/2011. Convenientes: Concedente: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Unidade Gestora: 200021, Gestão: 00001. Conveniente: ESTADO DE SERGIPE, CNPJ nº 13.128.798/0005-27. Cláusula oitava da vigência. Valor Total: R\$ 431.500,00, Valor de Contrapartida: R\$ 43.200,00, Vigência: 07/12/2011 a 07/02/2015. Data de Assinatura: 07/08/2014. Signatários: Concedente: ELEONORA MENCUCCHI DE OLIVEIRA, CPF nº 174.442.096-34. Conveniente: JOSE MACEDO SOBRAL, CPF nº 349.508.805-87.

(SICONV(PORTAL) - 18/08/2014)

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 12, DE 18 DE AGOSTO DE 2014 SELEÇÃO DE PROJETOS

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA) E A UNIÃO, por meio da SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SDH/PR) tomam público o presente EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA VISANDO A SELEÇÃO DE PROJETOS VOLTADOS À EXECUÇÃO DE PROGRAMAS NO SEU ÂMBITO DE COMPETÊNCIA, a serem financiados com recursos da União, em conformidade com os termos do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; da Portaria Interministerial nº 507 dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e da Controladoria-Geral da União, de 24 de novembro de 2011; da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 e da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, aplicando-se ainda, no que couber, os dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pelo qual convocou as Instituições Privadas sem Fins Lucrativos para apresentarem projetos que se enquadrem nos programas e às ações desta Secretaria. (conteúdo completo: www.sdh.gov.br).

IDELI SALVATTI p/Secretaria

SECRETARIA DE PORTOS

EXTRATO DE RESCISÃO

RESCISÃO AMIGÁVEL CONVÊNIO DE DESCENTRALIZAÇÃO Nº 01/2013. PROCESSO: 00045.000735/2013-40. CONCEDENTE: Secretaria de Portos da Presidência da República. CNPJ/MF Nº 05.855.874/0001-32, representada pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, Senhor César Augusto Rabello Borges. CONVÊNIO: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.892.707/0001-00, representado pelo seu Diretor-Executivo Tarcísio Gomes de Freitas. FINALIDADE: abreviar o prazo de vigência do Convênio de Descentralização nº 01/2013 para o dia 01/08/2014. FUNDAMENTO LEGAL: Parágrafo 1º da Cláusula Sexta do próprio Convênio de Descentralização nº 01/2013. DATA DA ASSINATURA: 01/08/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2014 UASG 110309

Número do Contrato: 00003/2011, subrogado pela UASG: 110309 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS. Nº Processo: 00045002969200945. PREGÃO SISPP Nº 3/2010. Contratante: SECRETARIA DE PORTOS DA -PRESIDENCIA DA REPUBLICA, CNPJ Contratado: 72620735000129. Contratado: AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA -Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, originalmente estabelecido na Cláusula Décima Terceira, que passa a vigorar a partir do dia 08/08/2014 até dia 07/08/2015. Fundamento Legal: ARL 57, inciso II da Lei 8.666/93, de 21/06/1993. Vigência: 08/08/2014 a 07/08/2015. Valor Total: R\$1.731.727,32. Fonte: 100000000 - 2014NE800050 Fonte: 100000000 - 2014NE800051 Fonte: 100000000 - 2014NE800052. Data de Assinatura: 08/08/2014.

(SICON - 18/08/2014) 110680-00001-2014NE800015

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

EXTRATO DO CONTRATO DE ADESAO Nº 6/2014-ANTAQ

PROCESSO Nº 50000.001399/1996. Objeto: Adequar o Contrato de Adesão MTADP nº 047/06, à Lei nº 12.815/2013. Fundamento Legal: Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013. Decreto nº 8.033, de 27 junho de 2013, Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e Portaria SEP nº 182, de 5 de junho de 2014. Vigência: 25 anos. Signatários: Mário Povia, Diretor-Geral da ANTAQ e João Carlos Ribeiro, Presidente da empresa Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A. Reunião Ordinária: 368ª de 7/8/2014. Data de assinatura: 14/8/2014.

EXTRATO DO CONTRATO DE ADESAO Nº 7/2014-ANTAQ

PROCESSO Nº 50000.001833/1998. Objeto: Adequar o Contrato de Adesão nº 006/2012-ANTAQ, à Lei nº 12.815/2013. Fundamento Legal: Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013. Decreto nº 8.033, de 27 junho de 2013, Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e Portaria SEP

